

Walber de Moura Agra

MANUAL PRÁTICO DE
DIREITO ELEITORAL

3ª edição

Belo Horizonte

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2020

CAPÍTULO 1

JUSTIÇA ELEITORAL.....	13
1.1 Órgãos da Justiça Eleitoral	13
1.2 Competências dos órgãos da Justiça Eleitoral.....	18
1.2.1 Competência do Tribunal Superior Eleitoral.....	18
1.2.2 Competência do Tribunal Regional Eleitoral	21
1.2.3 Competência dos Juízes Eleitorais	24
1.3 Funções da Justiça Eleitoral.....	26
1.4 Divisão territorial.....	30
1.5 Funcionamento da Justiça Eleitoral nas eleições municipais	32
1.5.1 Poder de polícia	33
1.5.2 Julgamento das ações e recursos	34
1.6 Ministério Público Eleitoral.....	37
1.7 Procurador-Geral Eleitoral, Procuradores Regionais Eleitorais e Promotor Eleitoral	39
1.7.1 Procurador-Geral Eleitoral	40
1.7.2 Procuradores Regionais Eleitorais	42
1.7.3 Promotor Eleitoral	43

CAPÍTULO 2

ELEGIBILIDADE	45
2.1 Condições de elegibilidade	47
2.1.1 Nacionalidade brasileira.....	47
2.1.2 O pleno exercício dos direitos políticos.....	48
2.1.2.1 Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.....	49
2.1.2.2 Incapacidade civil absoluta	50
2.1.2.3 Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos	51
2.1.2.4 Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa	53
2.1.2.5 Improbidade administrativa, nos termos do art. 37, §4º.....	54
2.1.3 Alistamento eleitoral.....	57
2.1.4 Domicílio eleitoral na circunscrição.....	58
2.1.5 Filiação partidária.....	59
2.1.6 Idade mínima, dependendo do cargo a ser postulado.....	61
2.2 Causas de inelegibilidade.....	63
2.2.1 Inelegibilidades constitucionais	66
2.2.2 Inelegibilidades absolutas infraconstitucionais	74
2.2.3 Inelegibilidades relativas infraconstitucionais.....	81
2.2.4 Forma de contagem do prazo das inelegibilidades.....	86
2.2.5 Inelegibilidade superveniente e delimitação temporal para sua incidência	87
2.3 Requisitos de registrabilidade	91

CAPÍTULO 3

PARTIDOS POLÍTICOS	101
Conceito de partido político.....	101
3.1 Criação de partidos políticos	102
3.2 Funcionamento dos partidos políticos	106

3.3	Regras específicas do período eleitoral	108
3.4	Princípios partidários.....	111
3.5	Fidelidade partidária.....	114
CAPÍTULO 4		
	CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS.....	121
CAPÍTULO 5		
	COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA	127
CAPÍTULO 6		
	REGISTRO E AIRC (AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATO).....	133
6.1	Pedido de registro de candidatura.....	133
6.2	Unicidade de registro de candidatos.....	137
6.3	Procedimento do pedido de registro	137
6.4	Ação de impugnação de Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP).....	148
6.5	Impugnação a pedido de registro de candidatura.....	152
CAPÍTULO 7		
	PROPAGANDA POLÍTICA	169
7.1	Espécies de propaganda política	170
7.1.1	Propaganda partidária.....	170
7.1.2	Propaganda intrapartidária.....	170
7.1.3	Propaganda institucional.....	172
7.1.4	Propaganda eleitoral	174
7.1.4.1	Propaganda eleitoral antecipada.....	178
7.1.4.2	Propaganda eleitoral irregular.....	189
7.2	Propaganda eleitoral no período legal	192
7.2.1	No rádio e na televisão	198
7.2.2	Na imprensa escrita.....	199
7.2.3	No horário eleitoral gratuito	200
7.2.4	Na internet.....	201
7.3	Horário da propaganda gratuita	205
7.4	Debates	207
7.5	Fiscalização da propaganda (Representação).....	210
7.6	Direito de resposta.....	219
CAPÍTULO 8		
	PESQUISAS E TESTES	227
8.1	Registro das pesquisas eleitorais.....	229
8.2	Divulgação dos resultados da pesquisa	231
8.3	Impugnações	232
8.4	Penalidades.....	233
CAPÍTULO 9		
	FINANCIAMENTO E GASTOS DE CAMPANHA ELEITORAL.....	235
9.1	Financiamento de campanha eleitoral.....	235
9.1.1	Financiamento público.....	236
9.1.2	Financiamento privado	239
9.2	Gastos eleitorais	242
9.3	Prestação de contas.....	246
CAPÍTULO 10		
	IMPEDIMENTOS LEGAIS: ABUSO DE PODER, CONDUTAS VEDADAS E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	253
10.1	Abuso de poder.....	253

10.1.1	Abuso de poder econômico.....	254
10.1.2	Abuso de poder político	259
10.1.3	Abuso de poder por uso indevido dos veículos e dos meios de comunicação	262
10.1.4	Captação ilícita de sufrágio.....	266
10.1.5	Ilícitude de gastos e arrecadação de recursos.....	268
10.1.6	Corrupção e caixa dois.....	272
10.1.7	Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais	275
10.1.7.1	Tipos de condutas vedadas de forma genérica	278
10.1.7.2	Proibição de contratação ou demissão	284
10.1.7.3	Tipos de condutas vedadas em período eleitoral	287
10.1.7.4	Sanções legais	292
10.2	Improbidade administrativa	294

CAPÍTULO 11

AÇÕES ELEITORAIS	301	
11.1	Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE)	305
11.1.1	Causas.....	309
11.1.2	Procedimento	315
11.1.3	Rito prático da AIJE.....	317
11.2	Ação de impugnação de mandato eletivo.....	318
11.2.1	Procedimento	323
11.2.2	Rito prático da AIME	325
11.3	Mandado de segurança, <i>habeas data</i> e mandado de injunção	326
11.4	<i>Habeas corpus</i>	331
11.5	Tutelas provisórias no processo eleitoral	334
11.6	Ação rescisória	337

CAPÍTULO 12

RECURSOS	341	
12.1	Recurso eleitoral inominado	346
12.1.1	Procedimento	349
12.2	Recurso ordinário	351
12.3	Recurso contra expedição de diploma (RCED).....	356
12.3.1	Cabimento.....	358
12.3.2	Rito.....	361
12.4	Recurso especial.....	362
12.5	Recurso extraordinário	366
12.6	Agravo de instrumento.....	368
12.7	Agravo (da decisão que denega subida de recurso especial ou recurso extraordinário)	368
12.8	Agravo interno	370
12.9	Embargos de declaração	370

REFERÊNCIAS.....	373
------------------	-----